



# Relatório Anual

## **2012**

# ÍNDICE

- 3 INTRODUÇÃO
- 6 COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL
- 7 INSTITUIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER
- 8 PANORAMA ECONÔMICO

## RESULTADO DO PLANO EM 2012

- 13 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
- 27 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 28 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 31 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- 32 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 34 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 35 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 36 GLOSSÁRIO
- 38 ANEXO
- PARECER ATUARIAL

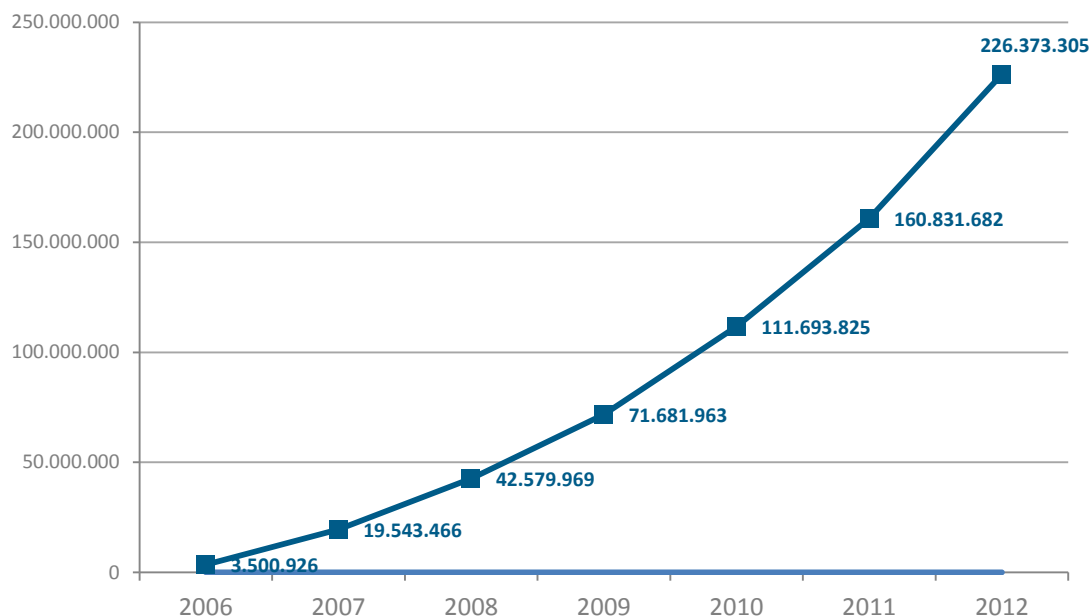
## INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2012.

O OABPrev-SP exerce um papel de destaque no ramo dos instituidores que operam no Regime de Previdência Complementar, sendo o maior Fundo de Pensão instituído em número de Participantes Ativos.

No decorrer do ano, o OABPrev-SP manteve seu ritmo de crescimento contando com os seguintes números:

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



Encerramos o exercício de 2012 com 29.034 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

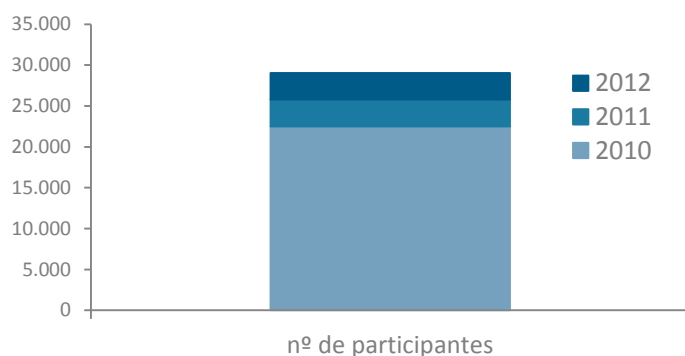
### Ativos

| INFORMAÇÕES GERAIS                      |              |              |             |
|---|--------------|--------------|-------------|
| ITEM                                    | 2010         | 2011         | 2012        |
| Nº de Participantes*                    | 22.506       | 25.774       | 29.034      |
| Idade média (anos)                      | 36,21        | 36,7         | 37,05       |
| Tempo médio de filiação ao plano (anos) | 2,33         | 2,88         | 3,4         |
| Contribuição média                      | R\$ 128,45   | R\$ 140,22   | R\$150,95   |
| Saldo individual médio                  | R\$ 4.569,79 | R\$ 5.823,54 | R\$7.293,75 |

(\*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes Ativos em 2012 na ordem de 12,64 %, quando comparado com o exercício de 2011.

### DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



#### Assistidos

| INFORMAÇÕES GERAIS                      |                |                |                |
|---|----------------|----------------|----------------|
| ITEM                                    | 2010           | 2011           | 2012           |
| Nº de Assistidos                        | 10             | 13             | 16             |
| Idade média (anos)                      | 49,90          | 51,54          | 54,88          |
| Tempo médio de filiação ao plano (anos) | 3,97           | 4,91           | 5,73           |
| Benefício médio                         | R\$ 2.344,07   | R\$ 1.951,90   | R\$ 1.918,15   |
| Saldo individual médio                  | R\$ 351.057,69 | R\$ 282.575,44 | R\$ 285.651,60 |

#### Pensionistas

| INFORMAÇÕES GERAIS     |               |               |               |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|
| ITEM                   | 2010          | 2011          | 2012          |
| Nº de Pensionistas     | 27            | 32            | 38            |
| Idade média (anos)     | 38,63         | 38,75         | 38,55         |
| Benefício médio        | R\$ 894,10    | R\$ 872,71    | R\$ 926,80    |
| Saldo individual médio | R\$ 99.924,14 | R\$ 90.130,12 | R\$ 95.275,40 |

Sobre os custos despendidos pela Entidade em 2012, segue abaixo a tabela Realizado x Orçado:

|  |   | REALIZADO 2012           | ORÇADO 2012              | VARIAÇÃO %  |
|--|---|--------------------------|--------------------------|-------------|
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS                 | Despesas diversas                                 | R\$ 292.165,90           | R\$ 427.528,58           | 68%         |
|  | Pessoal e encargos                                | R\$ 204.839,82           | R\$ 156.000,00           | 131%        |
|  | Taxas bancárias                                   | R\$ 373.071,50           | R\$ 420.000,00           | 89%         |
|  | <b>Total</b>                                      | <b>R\$ 870.077,22</b>    | <b>R\$ 1.003.528,58</b>  | <b>87%</b>  |
| REPASSES CONTRATUAIS                     | Icatu Administração de Benefícios Previdenciários | R\$ 2.016.607,46         | R\$ 2.227.599,10         | 91%         |
|  | Mongeral S/A Seguros e Previdência                | R\$ 19.359.231,39        | R\$ 26.221.279,35        | 74%         |
|  | <b>Total</b>                                      | <b>R\$ 21.375.838,85</b> | <b>28.448.878,45</b>     | <b>75%</b>  |
| <b>Arrecadação Previdenciária Totais</b> |   | <b>47.875.634,59</b>     | <b>R\$ 45.352.474,80</b> | <b>106%</b> |

Sobre os fatos relevantes em 2012, informamos a adesão de dois novos Instituidores: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia.

Desde o início do funcionamento da entidade, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados. Para isso, contamos com a participação ativa dos advogados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade. Com o envio do documento, a OABPrev-SP mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

**Boa Leitura!**

## **ADMINISTRAÇÃO DO OABPrev-SP (TRIÊNIO 2011-2014)**

(EM 31/12/2012)

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor Presidente: Luís Ricardo Marcondes Martins  
Diretor Financeiro e AETQ: Marco Antonio Cavezzale Curia  
Diretor Administrativo e de Benefícios: Daniel Blikstein

### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente: Jarbas Antonio de Biagi  
Conselheiro Suplente: Adriana de Carvalho Vieira  
Vice-Presidente: Rogério Aguirre Neto  
Conselheiro Suplente: Paulo José Carvalheiro  
Conselheiro: Roberto Eiras Messina  
Conselheiro Suplente: Luís Fernando Feola Lencioni  
Conselheiro: Marcos Aurélio Pinto  
Conselheira Suplente: Erika Cassinelli Palma  
Conselheiro: Edilson Rinaldo Merli  
Conselheiro Suplente: José Arnaldo Carotti  
Conselheiro: Jairo Haber  
Conselheiro Suplente: Marcelo Sampaio Soares

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente: Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini  
Conselheiro Suplente: Janete Sanches Morales

Conselheiro: Cláudio Bini  
Conselheiro Suplente: José Valente Neto

Conselheiro: Luiz Augusto Rocha de Moraes  
Conselheira Suplente: Fabiana Nunes

## INSTITUIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - PREVER (EM 31/12/2012)

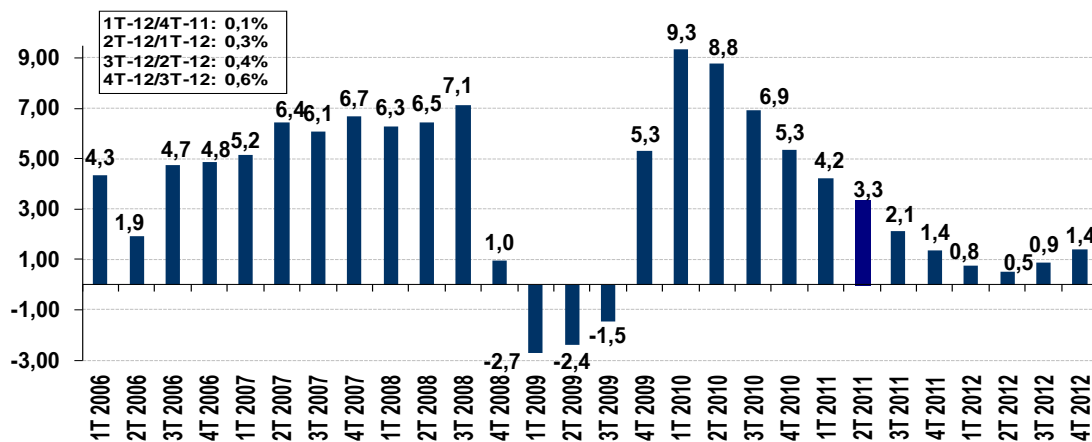
| PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER                  | CNPB nº 2005.0042-11 |
|---|----------------------|
| INSTITUIDORES   | DATA ADESÃO          |
| Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo       | 07/10/2005           |
| Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo           | 07/10/2005           |
| Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Amazonas        | 21/11/2006           |
| Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas            | 21/11/2006           |
| Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Pernambuco      | 16/10/2007           |
| Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco          | 16/10/2007           |
| Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Piauí              | 19/12/2007           |
| Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Piauí     | 19/12/2007           |
| Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Ceará           | 19/12/2007           |
| Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará               | 19/12/2007           |
| Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Estado de SE    | 08/07/2008           |
| Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe             | 08/07/2008           |
| Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Norte | 28/08/2008           |
| Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte | 28/08/2008           |
| Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas      | 03/08/2011           |
| Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas             | 03/08/2011           |
| Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia           | 19/03/2012           |
| Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia     | 19/03/2012           |

## PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente para 2,7% em 2011 e mais ainda para 0,9% em 2012. O crescimento do PIB no ano passado foi até menor que na maior economia mundial, os Estados Unidos, onde a crise começou. A economia americana cresceu 2,2% em 2012. A boa notícia é que, no último trimestre de 2012, o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior a uma taxa de 0,6% ou 2,4% anualizada.

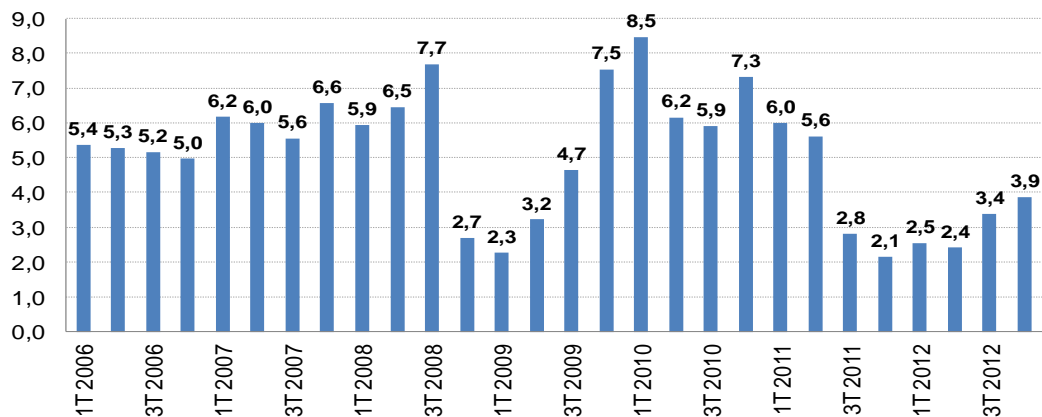
O Brasil cresceu bem menos que a média de crescimento das economias emergentes que, de acordo à última estimativa do Fundo Monetário Internacional, teria sido de 5,1% em 2012.

**PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)**



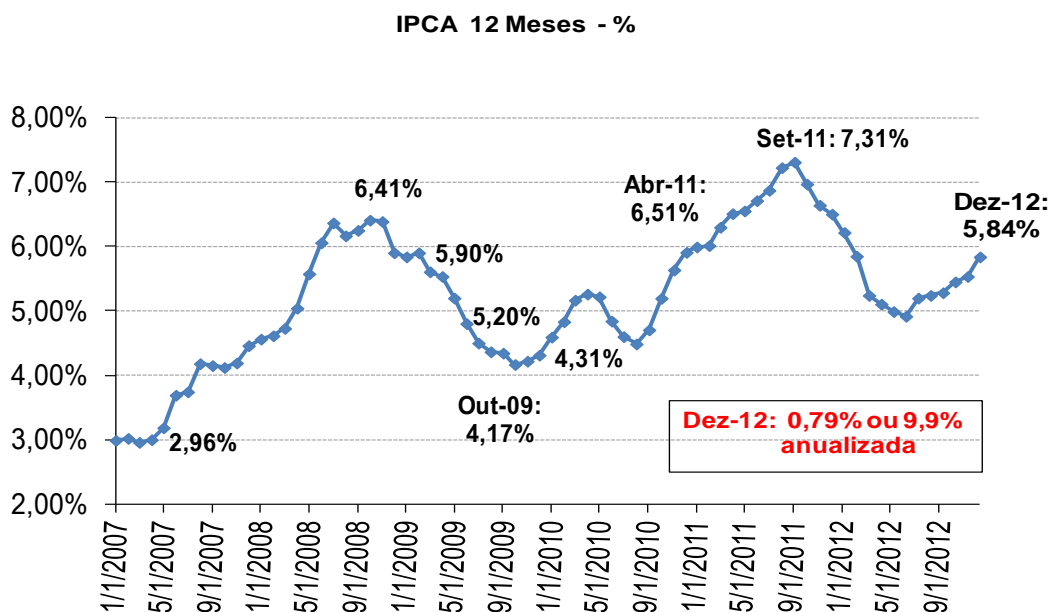
O consumo das famílias brasileiras tem se mantido bastante aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais. Assim, em todos os trimestres, o consumo cresceu a taxas bem maiores do que as do PIB em si e fechou o ano com crescimento acumulado de, aproximadamente, 3%. As importações ajudaram a cobrir o hiato entre o que as famílias demandavam e aquilo que era produzido dentro das fronteiras do Brasil.

**Consumo das Famílias - Anual %**





Desta forma, pelo aquecimento da demanda interna, a inflação acelerou, mas não tanto quanto teria sido o caso se não tivesse havido expansão de importações. O IPCA fechou 2012 registrando inflação de 5,84%, bem acima da meta central de inflação de 4,5% pelo terceiro ano consecutivo.



É amplamente sabido que a taxa de crescimento de 7,5% do ano de 2010 não era uma taxa sustentável com estabilidade de preços, tendo em vista as enormes deficiências em infraestrutura e ainda a baixa taxa de investimento do Brasil. Por outro lado, o crescimento de 2,7% registrado em 2011 está bastante aquém da taxa de crescimento possível para o país. Embora não se tenha um número exato, essa taxa estaria entre 3,5 e 4,5% ao ano. Mas, entre outros motivos, 2012 foi mais um ano em que a economia europeia voltou a gerar muitas incertezas e na qual a maioria dos países daquele continente registrou taxas negativas de crescimento em vários trimestres. Essa incerteza e volatilidade acabaram afetando o Brasil negativamente mais uma vez.

Se por um lado o PIB não cresceu tanto quanto se esperava no início do ano, o bom desempenho do consumo das famílias refletiu o excelente desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam, há tempos, de falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 4,6% em dezembro de 2012. Essa taxa tinha sido de 4,7% um ano antes e de 5,3% em 2010 e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real médio das pessoas ocupadas tem crescido acima da inflação. Em dezembro de 2012, cresceu 3,2% em termos reais em relação a dezembro de 2011 e alcançou R\$ 1.822 na média.

A produção industrial no Brasil tem estado basicamente estagnada ou caindo. Assim, depois de ter crescido 10,5% em 2010, a produção industrial fechou 2011 praticamente estagnada, com expansão de apenas 0,3% e em 2012 caiu 2,7%. Chamamos a atenção especialmente para o desempenho da indústria produtora de bens de capital, cuja produção caiu 11,8% nos doze meses fechados em dezembro.

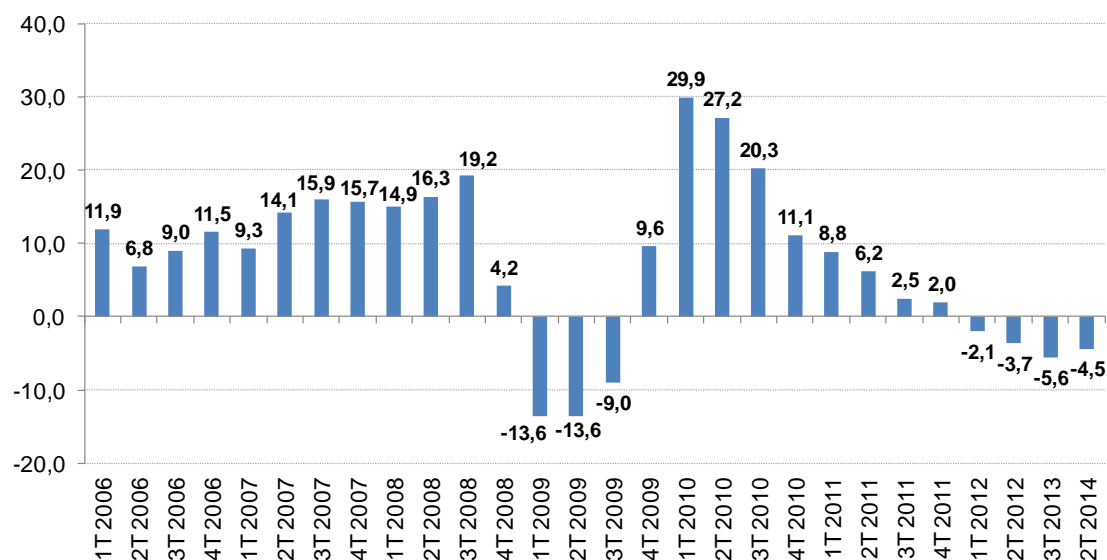
**Produção Industrial**  
(% Anual)

| Setores                   | IV Tri-08*   | 2008       | 2009         | 2010        | 2011       | Nov-12      | Nov-12*     | Dez-12      | Dez-12*    | 12 Meses    |
|---------------------------|--------------|------------|--------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| Bens de Capital           | -26,5        | 14,4       | -17,40       | 20,8        | 3,3        | -9,6        | -0,6        | -14,7       | -0,8       | -11,8       |
| Bens Intermediários       | -18,5        | 1,6        | -8,80        | 11,4        | 0,3        | -1,0        | -1,0        | -2,5        | -0,1       | -1,7        |
| Bens de Consumo           | -16,8        | 1,9        | -2,70        | 6,4         | -0,7       | 1,3         | -0,2        | -1,4        | 0,5        | -1,0        |
| Duráveis                  | -49,2        | 3,8        | -6,40        | 10,3        | -2,0       | 5,9         | -1,0        | -3,5        | -0,5       | -3,4        |
| Não Duráveis e Semi-Durav | -7,1         | 1,4        | -1,60        | 5,2         | -0,2       | 0,0         | -0,2        | -0,8        | 0,9        | -0,3        |
| <b>Indústria Geral</b>    | <b>-20,1</b> | <b>3,1</b> | <b>-7,40</b> | <b>10,5</b> | <b>0,3</b> | <b>-1,1</b> | <b>-1,3</b> | <b>-3,6</b> | <b>0,0</b> | <b>-2,7</b> |

Fonte: IBGE / \* Ajustado Sazonalmente

Aliás, nos dados do PIB trimestral, o comportamento do investimento tem sido bastante preocupante, tendo em vista os dados negativos que vem se agravando.

**Investimento - Anual**



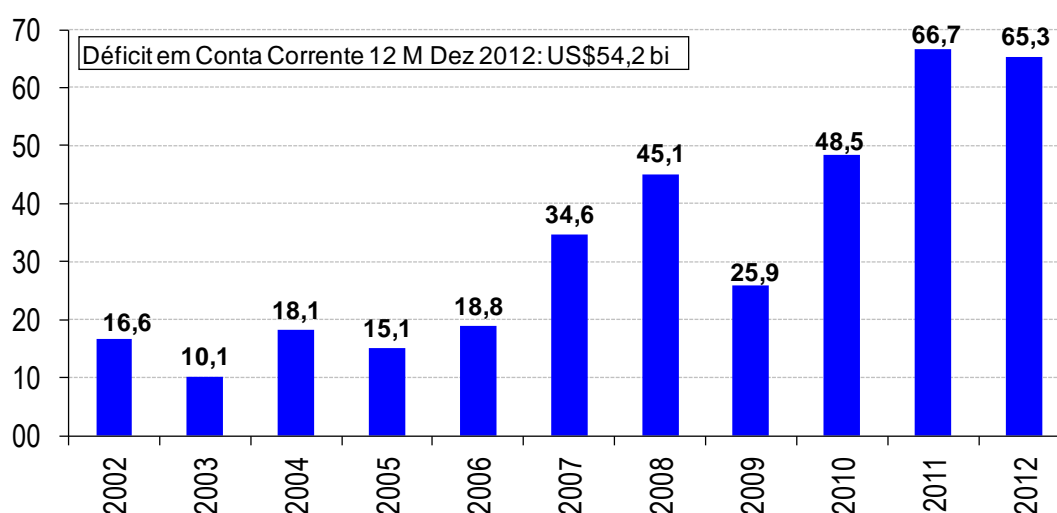
Devido ao distanciamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central tinha começado um processo gradual de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época para 12,50% ao ano em julho de 2011. Contudo, apesar da trajetória nada benigna da inflação, em agosto de 2011, o Banco Central surpreendeu o mercado e adotou novo processo de distensão monetária. A alegação era que o agravamento da crise internacional teria efeitos deflacionários sobre os preços na economia brasileira. Isto ainda não aconteceu e o discurso do Banco Central parece ter ficado defasado. O fato é que a Selic fechou 2012 no mais baixo patamar histórico, de 7,25% ao ano, e as expectativas de inflação de consenso de mercado estão acima da meta central de inflação de 4,5% até o ano 2017, inclusive.

Além dessa política de distensão monetária, a política fiscal tem sido amplamente expansionista também em 2012. O superávit do setor público consolidado fechou 2012 em 2,38% do PIB, após várias manobras contábeis criticadas pelos analistas em geral. Em 2011, o superávit primário do setor público tinha fechado em 3,1% do PIB. Se a política fiscal aprofundasse o ajuste, gerando maiores superávits primários e evitando forte expansão de crédito via BNDES, a política monetária poderia ser menos

estrita e ainda assim seria possível que a inflação convergisse para a meta. Entretanto, este não é o nosso cenário de referência. Com o *mix* atual de política econômica, a nossa expectativa é que o IPCA não convirja para a meta de 4,5% pelo menos nos próximos dois anos. Do ponto de vista da previsibilidade da política econômica em prazos mais longos, o que é fundamental para o investimento do setor privado, isto não ajuda em nada.

Em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil ainda se encontra em uma situação confortável para enfrentar uma potencial nova crise de liquidez internacional, se a Europa não conseguir resolver os seus problemas. Com efeito, o nível de reservas internacionais do Banco Central do Brasil se encontra em patamar bem elevado: acima de US\$ 370 bilhões. E o investimento estrangeiro direto fechou 2012 com entradas de US\$ 65,3 bilhões, bem superiores às necessidades de financiamento externo de US\$ 54,2 bilhões do déficit em conta corrente em doze meses.

**Investimento Direto Estrangeiro**  
(US\$ Bilhões em 12 Meses)



Por fim, apesar da distensão monetária, a nossa expectativa de crescimento do PIB em 2013 é pouco inferior a 3%, mas com aceleração do crescimento no segundo semestre do ano, levando a um crescimento em torno de 3,5% em 2014. Tendo em vista o crescimento de 2,7% em 2011 e apenas 0,9% em 2012, esses números seriam bastante bem-vindos.

*(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)*

# **RESULTADOS DO PLANO EM 2012**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

| BALANÇO PATRIMONIAL    |                |                |                                  | R\$ MIL        |                |
|------------------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------|----------------|
| ATIVO                  | 2012           | 2011           | PASSIVO                          | 2012           | 2011           |
| Disponível             | 707            | 665            | Exigível operacional             | 2.107          | 1.955          |
| Realizável             | 227.753        | 162.101        | Gestão previdencial              | 1.852          | 1.753          |
| Gestão previdencial    | 2              | -              | Gestão administrativa            | 255            | 202            |
| Administrativa         | -              | 3              | Exigível Contingencial           | 2              | -              |
| Investimentos          | 227.751        | 162.098        | Gestão Previdencial              | 2              | -              |
| Fundos de investimento | 227.751        | 162.098        |                                  |                |                |
|                        |                |                | <b>Patrimônio social</b>         | <b>226.373</b> | <b>160.831</b> |
| Permanente             | 22             | 21             | Patrimônio de cobertura do plano | 220.483        | 157.026        |
| Imobilizado            | 22             | 21             | Provisões matemáticas            | 220.483        | 157.026        |
|                        |                |                | Benefícios concedidos            | 8.191          | 6.557          |
|                        |                |                | Benefícios a conceder            | 212.292        | 150.469        |
|                        |                |                | Fundos                           | 5.890          | 3.805          |
|                        |                |                | Fundos administrativos           | 5.890          | 3.805          |
| <b>Total do ativo</b>  | <b>228.482</b> | <b>162.786</b> | <b>Total do passivo</b>          | <b>228.482</b> | <b>162.786</b> |

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

| DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL                   |                |                | R\$ MIL    |
|--|----------------|----------------|------------|
| DESCRIÇÃO  | 2012           | 2011           | VARIAÇÃO % |
| <b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>              | <b>160.831</b> | <b>111.694</b> | <b>44</b>  |
| <b>1. Adições</b>  | <b>99.256</b>  | <b>56.358</b>  | <b>76</b>  |
| (+) Contribuições previdenciais                                | 69.462         | 41.496         | 67         |
| (+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial   | 24.359         | 10.916         | 123        |
| (+) Receitas administrativas                                   | 4.759          | 3.659          | 30         |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa | 676            | 287            | 136        |
| <b>2. Destinações</b>  | <b>-33.715</b> | <b>-7.221</b>  | <b>367</b> |
| (-) Benefícios   | 29.656         | -4.733         | 527        |
| (-) Resultado negativo dos investimentos Gestão previdencial   | -707           |                | 100        |

|  |                |                |            |
|--|----------------|----------------|------------|
| (-) Constituição de Contingencia                                 | -2             |                | 100        |
| (-) Despesas administrativas                                     | -3.337         | -2.488         | 34         |
| (-)Resultado negativo dos investimentos<br>Gestão administrativa | <b>-13</b>     |                | <b>100</b> |
| <b>3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)</b>        | <b>65.542</b>  | <b>49.137</b>  | <b>33</b>  |
| (+/-) Provisões matemáticas                                      | 63.457         | 47.679         | 33         |
| (+/-) Fundos Administrativos                                     | 2.085          | 1.458          | 43         |
| <b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>           | <b>226.373</b> | <b>160.831</b> | <b>41</b>  |

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

| DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO |                |                | R\$ MIL    |
|---|----------------|----------------|------------|
| DESCRIÇÃO   | 2012           | 2011           | VARIAÇÃO % |
| <b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>                   | <b>157.026</b> | <b>109.347</b> | <b>44</b>  |
| <b>1. Adições</b>   | <b>93.821</b>  | <b>52.412</b>  | <b>79</b>  |
| (+) Contribuições   | 69.462         | 41.496         | 67         |
| (+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial  | 24.359         | 10.916         | 123        |
| <b>2. Destinações</b>   | <b>-30.364</b> | <b>-4.733</b>  | <b>542</b> |
| (-) Benefícios  | -29.656        | -4.733         | 527        |
| (-)Resultado negativo dos investimentos<br>Gestão previdencial  | -707           | 0              | 100        |
| (-) Constituição de Contingencia                                | -2             | 0              | 100        |
| <b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>           | <b>63.457</b>  | <b>47.679</b>  | <b>33</b>  |
| (+/-) Provisões matemáticas                                     | 63.457         | 47.679         | 33         |
| <b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>              | <b>220.483</b> | <b>157.026</b> | <b>40</b>  |
| <b>C) Fundos não previdenciais</b>                              | <b>5.890</b>   | <b>3.805</b>   | <b>55</b>  |
| (+/-) Fundos Administrativos                                    | 5.890          | 3.805          | 55         |

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

| DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS |                |                | R\$ MIL    |
|---|----------------|----------------|------------|
| DESCRIÇÃO   | 2012           | 2011           | VARIAÇÃO % |
| <b>1. Ativos</b>                                      | <b>228.226</b> | <b>162.584</b> | <b>40</b>  |
| Disponível  | 707            | 648            | 9          |
| Recebível   | 5.890          | 3.805          | 55         |
| Investimento  | 221.628        | 158.131        | 40         |
| Fundos de investimento                                | 221.628        | 158.131        | 40         |
| <b>2. Obrigações</b>                                  | <b>1.852</b>   | <b>1.753</b>   | <b>6</b>   |
| Operacional   | 1.851          | 1.753          | 6          |
| Contingencia  | 1              | 0              | 100        |
| <b>3. Fundos não previdenciais</b>                    | <b>5.890</b>   | <b>3.805</b>   | <b>55</b>  |
| Fundos administrativos                                | 5.890          | 3.805          | 55         |
| <b>5. Ativo líquido (1-2-3)</b>                       | <b>220.483</b> | <b>157.026</b> | <b>40</b>  |
| Provisões matemáticas                                 | 220.483        | 157.026        | 40         |

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

| DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA     |               |               | R\$ MIL    |
|--|---------------|---------------|------------|
| DESCRIÇÃO  | 2012          | 2011          | VARIAÇÃO % |
| <b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>           | <b>3.805</b>  | <b>2.347</b>  | <b>62</b>  |
| <b>1. Custeio da gestão administrativa</b>                     | <b>5.422</b>  | <b>3.946</b>  | <b>37</b>  |
| <b>1.1. Receitas</b>   | <b>5.422</b>  | <b>3.946</b>  | <b>37</b>  |
| Custeio administrativo dos investimentos                       | 2.586         | 1.843         | 40         |
| Receitas Diretas   | 2.160         |               | 100        |
| Resultado positivo dos investimentos                           | 663           | 287           | 131        |
| Outras receitas  | 13            | 1.816         | -99        |
| <b>2. Despesas administrativas</b>                             | <b>-3.337</b> | <b>-2.488</b> | <b>34</b>  |
| <b>2.1. Administração previdencial</b>                         | <b>-1.126</b> | <b>-905</b>   | <b>24</b>  |
| Pessoal e encargos   | -203          | -201          | 1          |
| Treinamentos/congressos e seminários                           | -34           | -16           | 114        |
| Viagens e estadias   | -7            | -20           | -66        |
| Serviços de terceiros  | -143          | -371          | -62        |
| Despesas gerais  | -712          | -293          | 143        |
| Depreciações e amortizações                                    | -5            | -4            | 13         |
| Outras   | -22           | -             | 100        |
| <b>2.2. Administração dos investimentos</b>                    | <b>-2.211</b> | <b>-1.583</b> | <b>40</b>  |
| Serviços de terceiros  | -2.211        | -1.583        | 40         |
| <b>4. Sobre/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)</b> | <b>2.085</b>  | <b>1.458</b>  | <b>43</b>  |
| <b>5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)</b>    | <b>2.085</b>  | <b>1.458</b>  | <b>43</b>  |
| <b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)</b>        | <b>5.890</b>  | <b>3.805</b>  | <b>55</b>  |

## DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO

| DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS |                |                | R\$MIL     |
|--|----------------|----------------|------------|
| DESCRIÇÃO  | 2012           | 2011           | VARIAÇÃO % |
| Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)                     | 220.483        | 157.026        | 40         |
| <b>1. Provisões matemáticas</b>                              | <b>220.483</b> | <b>157.026</b> | <b>40</b>  |
| <b>1.1. Benefícios concedidos</b>                            | <b>8.191</b>   | <b>6.557</b>   | <b>25</b>  |
| Contribuição definida  | 8.191          | 6.557          | 25         |
| <b>1.2. Benefício a conceder</b>                             | <b>212.292</b> | <b>150.469</b> | <b>41</b>  |
| Contribuição definida  | 212.292        | 150.469        | 41         |
| <b>Saldo de contas - parcela participantes</b>               | <b>212.292</b> | <b>150.469</b> | <b>41</b>  |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP é uma Entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e as normas subsequentes sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor, constituída em 10 de outubro de 2005, por meio da portaria nº 253 publicada no DUO em 11 de outubro de 2005, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

As atividades iniciaram em 1 de abril de 2006, sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, instituída pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, e pela Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas; Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco, Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Piauí, Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Piauí, Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Ceará; Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Sergipe, Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Norte, Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Bahia, Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia todas instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER.



Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, complementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER, instituído na modalidade de contribuição definida, estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) Aposentadoria Programada; (b) Aposentadoria por Invalidez; e (c) Pensão por Morte do Participante Ativo ou Assistido.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo OABPREV-SP com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco, líquida de uma comissão, equivalente a 10% dessa contribuição, cobrada pela Entidade.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER com data base de 31/12/2012, possui 29.034 participantes Ativos, 16 Participantes Assistidos e 38 pensionistas.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores.

## **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A Resolução CGPC nº. 8 de 31 de outubro de 2011 revogou a Resolução CGPC Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009 e Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, alterando os quadros demonstrativos contábeis.

A estrutura contábil está segregada em três atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

- Gestão Previdencial – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefício previdenciários.
- Gestão Administrativa – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas.

- Fluxo de Investimentos – grupo de contas contábeis destinados ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da gestão Previdencial e da gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

### **2.1 – Balanço Patrimonial**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

### **2.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social**

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

### **2.3 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios**

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

### **2.4 – Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### **2.5 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

### **2.6 – Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

## **NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A contabilidade do OABPREV-SP   elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o Plano de Benefícios previdenciais administrado pela

Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O OABPREV-SP adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como legislação pertinente estão resumidas a seguir:

### **3.1 – Apuração do Resultado**

As demais receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribuições de participantes vinculados ao plano instituído são escriturados com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

### **3.2 – Realizável**

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

### **3.3 – Investimentos**

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

### **3.4 – Exigível Operacional**

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

a) Gestão Previdencial

O realizável da gestão previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade.

b) Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

### **3.4.1 – Operações Administrativas**

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos instituidores, participantes e assistidos dos planos.

### **3.4.2 – Rateio das Despesas Administrativas**

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial.

### **3.4.3 – Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, contratado pela Icatu Fundos de Pensão, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

### **3.4.4 – Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ajuste a valor de mercado dos investimentos, contingências, as provisões matemáticas e fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

## **4 – Ativo**

### **4.1– Disponível**

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

| DESCRIÇÃO                     | 2012       | 2011       |
|-------------------------------|------------|------------|
| <b>Imediato</b>               | <b>707</b> | <b>665</b> |
| <b>Caixa</b>                  | -          | <b>1</b>   |
| Caixa Geral Administração     | -          | 1          |
| <b>Bancos conta movimento</b> | <b>707</b> | <b>664</b> |
| Banco Bradesco                | 2          | 1          |
| Banco do Brasil               | 18         | -          |
| Banco Santander               | 687        | 663        |

## 4.2 – Realizável

### 4.2.1 – Gestão Previdencial

A OABPREV-SP efetuou depósito judicial referente processo civil da Comarca de São Carlos nº 20121205150822045 no valor de R\$ 2.

### 4.2.2 – Investimento

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a OABPREV-SP possuía os seguintes investimentos marcados ao seu valor de mercado (MTM), conforme determinação da CVM, em garantia das reservas técnicas.

A distribuição dos recursos aplicados por meio do Icatu Vanguarda FIC de FIM OABPREVSP entre as classes de ativos apresentam a seguinte composição:

| Fundo   | Classificação | 2012           | 2011           |
|---|---------------|----------------|----------------|
| ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO | RF            | 43.894         | 22.794         |
| ICATU VANGUARDA GOLD FI RENDA FIXA            | RF            | 52.570         | 77.054         |
| ICATU VANGUARDA IPC GOLD PLUS FI RF           | RF            | 30.796         | 31.180         |
| ICATU VANGUARDA IPC GOLD FI RF                | RF            | 62.459         | 7.655          |
| ICATU VANGUARDA IBX FI AÇÕES                  | RV            | 11.205         | 7.387          |
| ICATU VANGUARDA TOP ACOES FIA                 | RV            |                | -              |
| ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES           | RV            | 23.359         | 15.994         |
| OPERAÇÕES COMPROMISSADAS                      | LTN           | 3.460          | 30             |
| CONTAS A PAGAR/RECEBER                        | -             | 8              | 3              |
| <b>TOTAL</b>                                  |               | <b>227.751</b> | <b>162.097</b> |

## 4.3 – Permanente

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC Nº 34, de 24 de janeiro de 2009.

## 5 – Passivo

### 5.1 – Exigível Operacional

#### a) Gestão Previdencial

Corresponde retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco junto a uma seguradora que administra o risco que é vendido pela a entidade, retenção de IR sobre resgates. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

| DESCRIÇÃO                        | 2012         | 2011     |
|----------------------------------|--------------|----------|
| IR sobre resgate                 | 107          | 95       |
| Repasse de risco para Seguradora | -            | 1.655    |
| Benefícios a pagar               | 1            | -        |
| <b>Outras Exigibilidades</b>     | <b>1.744</b> | <b>3</b> |
| Repasse de risco para Seguradora | 1.736        | -        |
| Outras exigibilidades            | 8            | 3        |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>1.852</b> |          |

#### b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não repassadas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes valores:

| DESCRIÇÃO                                    | 2012       | 2011       |
|--|------------|------------|
| COFINS sobre receitas Administrativas        | 22         | 16         |
| PIS sobre receitas Administrativas           | 4          | 3          |
| Icatu Serviços de Administração Previdencial | 200        | 150        |
| Fornecedores Diversos                        | -          | 2          |
| IRRF sobre serviços pessoa jurídica          | 6          | 2          |
| PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros  | 19         | 7          |
| TAFIC  | -          | 4          |
| Salário e Encargos                           | 4          | 18         |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>255</b> | <b>202</b> |

### 5.2 – Exigível Contingencial

Os processos com chance de perda possível que envolvem questões previdenciária, tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, de acordo com as normas contábeis em vigor, está dispensada a constituição de provisão. O fundo da OABPREV-SP possuem causas nesta categoria de possível que somado dá um valor de aproximadamente R\$ 318 mil reais.

Nas datas das demonstrações contábeis, a OABPREV-SP apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingência.

| DESCRIÇÃO          | 2012 | 2011 |
|--------------------|------|------|
| Reclamações cíveis | 2    | -    |

### 5.3 – Patrimônio Social

#### 5.3.1 – Patrimônio de Cobertura

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios OABPREV-SP.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresentam em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os saldos:

| DESCRIÇÃO                               | 2012           | 2011           |
|---|----------------|----------------|
| <b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b> | <b>220.483</b> | <b>157.026</b> |
| <b>Provisões Matemáticas</b>            | <b>220.483</b> | <b>157.026</b> |
| <b>Benefícios Concedidos</b>            | <b>8.191</b>   | <b>6.557</b>   |
| Contribuição Definida                   | 8.191          | 6.557          |
| <b>Benefícios a Conceder</b>            | <b>212.292</b> | <b>150.469</b> |
| Contribuição Definida                   | 212.292        | 150.469        |

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

#### a) Premissas e Hipóteses Atuariais

| DESCRIÇÃO                             |         |
|---------------------------------------|---------|
| Tábua de Mortalidade Geral (1)        | AT 2000 |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos (2) | AT 2000 |
| Hipóteses sobre taxa de juros % (3)   | 0,00%   |

- (1) Com base nos resultados dos testes estatísticos realizados pela Data A Soluções em Previdência, observou-se que a tábua AT2000 apresentou a menor divergência dos eventos ocorridos em relação àqueles esperados e sendo assim se mostrou a mais adequada à realidade dos participantes do plano.
- (2) Não sendo possível a realização de testes estatisticamente significativos para avaliar a tábua de mortalidade de inválidos, por conservadorismo, tratando-se de um plano estruturado em Contribuição Definida, não havendo, assim, diluição dos riscos, adotou-se a mesma tábua de sobrevivência dos inválidos.
- (3) Mantendo o critério de conservadorismo adotado pela entidade, bem como em função da rentabilidade auferida nos últimos meses, adotou-se a manutenção da hipótese de juros em 0% para novas concessões. Quanto aos atuais aposentados cujos benefícios foram concedidos anteriormente à março de 2009, considerando, assim, uma rentabilidade de 6% ao ano, serão mantidas tais taxas até que seja alterado o regulamento do plano de benefícios, dando a prerrogativa da re- opção pelo tipo de renda aos participantes ao longo da fase de percepção de renda, bem como instituindo a forma de benefício pelo percentual do saldo de conta.

### 5.3.2 – Fundos

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresenta o seguinte saldo:

| FUNDO                | 2012  | 2011  |
|----------------------|-------|-------|
| Fundo Administrativo | 5.890 | 3.805 |

## 5.4 – Resultado das Operações

### 5.4.1 – Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

### 5.4.2 – Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos participantes, custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio



direto através de rateio entre as gestões. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

#### 5.4.2.1 – Custeio da Gestão Administrativa

##### 5.4.2.1.1 – Receitas

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos  
Representa a receita da gestão advinda dos investimentos para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.
- b) Resultado Positivo dos Investimentos  
Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.
- c) Outras Receitas  
Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora Mongeral.

A soma das receitas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

| DESCRIÇÃO                                | 2012         | 2011         |
|--|--------------|--------------|
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 2.586        | 1.843        |
| Outras Receitas                          | 2.173        | 1.816        |
| Resultado Positivo dos Investimentos     | 663          | 287          |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>5.422</b> | <b>3.946</b> |

##### 5.4.2.1.2 – Despesas

Registra a soma das despesas da gestão administrativa durante o exercício e está dividida em Administração Previdencial e Administração de Investimentos.

- a) Administração Previdencial  
Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.
- b) Administração Investimento  
Representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas do plano.

A soma das despesas da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

| DESCRIÇÃO                              | 2012         | 2011         |
|--|--------------|--------------|
| <b>Administração Previdencial</b>      | <b>1.126</b> | <b>905</b>   |
| Pessoal e encargos                     | 203          | 201          |
| Treinamentos/Congressos                | 34           | 16           |
| Viagem e estadias                      | 7            | 20           |
| Serviços de terceiros                  | 143          | 371          |
| Despesas gerais (1)                    | 712          | 293          |
| Depreciações e amortizações            | 5            | 4            |
| Outras                                 | 22           | -            |
| <b>Administração dos Investimentos</b> | <b>2.211</b> | <b>1.583</b> |
| Serviços de terceiros                  | 2.211        | 1.583        |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>3.337</b> | <b>2.488</b> |

(1) Principais Saldos em 2012: PIS/COFINS (R\$ 252), Despesas s/ contas correntes (R\$ 373).  
Principal Saldo em 2011: PIS/COFINS (R\$ 184).

## NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de investimentos da Entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados - CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

### 6.1 – Fluxo dos Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas e do custeio da gestão administrativa dos investimentos é transferido integralmente para a Gestão Previdencial e Gestão Administrativa na proporção da participação nos recursos garantidores.

A soma dos resultados dos investimentos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes saldos:

| DESCRIÇÃO   | 2012           | 2011           |
|---|----------------|----------------|
| <b>(+) Rendas/Variações Positivas/Negativas</b>               | <b>26.901</b>  | <b>13.047</b>  |
| <b>(-) Cobertura Despesas Administrativas de Investimento</b> | <b>(2.586)</b> | <b>(1.843)</b> |
| <b>= Apuração do Fluxo dos Investimentos</b>                  | <b>24.315</b>  | <b>11.204</b>  |
| Gestão Previdencial   | 23.652         | 10.917         |
| Gestão Administrativa   | 663            | 287            |

## NOTA 7 – RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, obtida pela aplicação do patrimônio da Entidade, foi de 13,53% e 8,61% em 2011, calculada com base na variação das cotas.

## NOTA 8 – PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).

*São Paulo, 19 de Março de 2013.*

*Luis Ricardo Marcondes Martins*  
*Diretor Presidente*

*Marília Lima de Miranda*  
*Contadora CRC- RJ 087217/O-1*

## COMENTÁRIO FINAL

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios do Advogado – PREVER somaram R\$ 220.483.012,34, tendo o mesmo uma rentabilidade anual de 13,53%.

As despesas administrativas com investimentos do Plano em 2012 equivaleram a 0,98% do patrimônio líquido.

A OABPrev-SP com o objetivo de acompanhamento e otimização da performance dos investimentos, contratou a Empresa Aditus, uma das mais conceituadas consultorias de Investimentos do mercado e que inclusive tem assessorado a Entidade na elaboração e aperfeiçoamento da Política de Investimentos para os próximos anos.

# INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

## PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER

### 1. ESTATUTO

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2012.

### 2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no regulamento do Plano de Benefícios do Advogado – PREVER no ano de 2012.

O Regulamento vigente do Plano e o Estatuto Social estão disponíveis para consulta no site [www.oabprev-sp.org.br](http://www.oabprev-sp.org.br), no menu principal, na opção “Institucional” e, em seguida, em “Documentos”.

# INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013

## PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - PREVER

### 1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2013

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 18/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Marco Antonio Cavezzale Curia

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

### 2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do Plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, entre outros.

#### 2.1. RISCO DE CRÉDITO

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira da OABPREV-SP de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros acurados e ainda não pagos.

A fim de mitigar possíveis impactos em sua carteira, a OABPREV-SP adota as regras de diversificação impostas pela Resolução CMN 3792. A fim de identificar e classificar as operações que envolvem risco de crédito privado, a OABPREV-SP adotará as seguintes classificações para os títulos, de acordo com a nota de crédito (rating) do emissor ou da emissão, conforme o caso:

- Grau de Investimento: títulos que possuem maior grau de segurança seja pela capacidade financeira de seu emissor ou por sua estrutura;
- Grau Especulativo: títulos com maior risco, sujeitos a análises mais cuidadosas.

A tabela a seguir define a classe de Grau de Investimento, com base nos ratings atribuídos pelas agências consideradas aptas a classificar o risco de crédito:

| Agência de classificação | Instituições financeiras |             | Instituições não financeiras |             |             |
|--------------------------|--------------------------|-------------|------------------------------|-------------|-------------|
|                          | PRAZO                    | Longo prazo | Curto prazo                  | Longo prazo | Curto prazo |
| Standard & Poors         |                          | brA-        | brA-3                        | brA-        | brA-3       |
| Moody's                  |                          | A3.br       | BR-3                         | A3.br       | BR-3        |
| Fitch Ratings            |                          | A-(bra)     | F3(bra)                      | A-(bra)     | F3(bra)     |

As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no caso de agências domiciliadas no país, ou reconhecidas pela CVM, no caso de agências domiciliadas no exterior.

Além disso, a OABPREV-SP limita a alocação nesses títulos, conforme a tabela seguinte:

| Categoria de risco                       | Limite |
|--|--------|
| Grau de Investimento + Grau Especulativo | 50%    |
| Grau Especulativo                        | 5%     |

É importante ressaltar que não é permitida a aquisição de títulos classificados como grau especulativo.

Nesse sentido, o limite estabelecido para alocação em títulos enquadrados como grau especulativo tem como principal objetivo permitir que sejam mantidos na carteira ativos que sofreram rebaixamento de rating, mas que não apresentam risco iminente de default, ou que tenham liquidez restrita demais para serem revendidos.

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- No caso de títulos emitidos por instituições financeiras, como CDBs, RDBs e Letras Financeiras, será considerado o rating atribuído à instituição;
- No caso de títulos emitidos por instituições não financeiras, será considerado o rating da emissão, e não o rating da companhia emissora;
- Aplicações em DPGes (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”;
- Sempre será considerada a classificação mais recente obtida pela emissão ou pelo emissor, independentemente do prazo para vencimento da operação;
- No caso de notas atribuídas por mais de uma agência, será considerada, para fim de enquadramento, a pior nota;
- Se não houver rating válido atribuído ao emissor ou ao título em análise, este será automaticamente enquadrado como “Grau Especulativo”.

### 3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

| ALOCAÇÃO DOS RECURSOS      |                                      |                 |                 |      |
|----------------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------|------|
| SEGMENTO                   | INDEXADOR DO SEGMENTO                | LIMITE INFERIOR | LIMITE SUPERIOR | ALVO |
| Renda Fixa                 | 40% CDI + 27% IMA-B 5 + 33% IMA-B 5+ | 67%             | 100%            | 85%  |
| Renda Variável             | IBrX                                 | 0%              | 30%             | 15%  |
| Investimentos Estruturados | INPC+5% a.a.                         | 0%              | 3%              | 0%   |

### 4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica da Política de Investimento é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação.

Com o fim de 2012, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2013, após mais um ano (o quinto consecutivo) de frustração com crescimento fraco ao redor do mundo – e inferior ao que economistas e analistas vislumbravam nesta mesma época de 2011.

Desde a eclosão da crise em 2008, praticamente em todos os anos o ritmo da recuperação da atividade decepcionou as projeções de mercado, e em 2012 não foi diferente. A maior parte dos países em processo de ajuste de suas finanças passou por agravamento das recessões – maior do que o imaginado. O processo de reforma da Zona do Euro caminhou apenas lentamente, e foi ficando evidente que a correção dos desequilíbrios entre as diferentes economias do euro é um processo complexo e de solução no longo prazo.

Em resumo, 2012 deixou mais evidente que a fase aguda da crise já ficou para trás – apenas para dar lugar à fase crônica, que embora não mostre as contrações econômicas bruscas percebidas há alguns anos, vem sendo marcada pela sua longa duração e por crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

| Indicadores              | 2013   | 2014   | 2015   |
|--------------------------|--------|--------|--------|
| PIB - %                  | 3,80%  | 4,00%  | 4,30%  |
| US\$ final - R\$         | 2,05   | 2,11   | 2,17   |
| IGPDI - %                | 5,38%  | 4,98%  | 4,80%  |
| IGPM - %                 | 5,35%  | 6,00%  | 5,00%  |
| INPC - %                 | 5,20%  | 5,00%  | 4,80%  |
| IPCA - %                 | 5,20%  | 5,00%  | 4,80%  |
| SELIC Fim de Período - % | 8,25%  | 8,00%  | 7,50%  |
| SELIC Média - %          | 7,71%  | 8,11%  | 7,61%  |
| Bolsa (150% SELIC) - %   | 12,38% | 12,00% | 11,25% |

\* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2012)

O OABPREV-SP, na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-alocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

## RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-SP acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

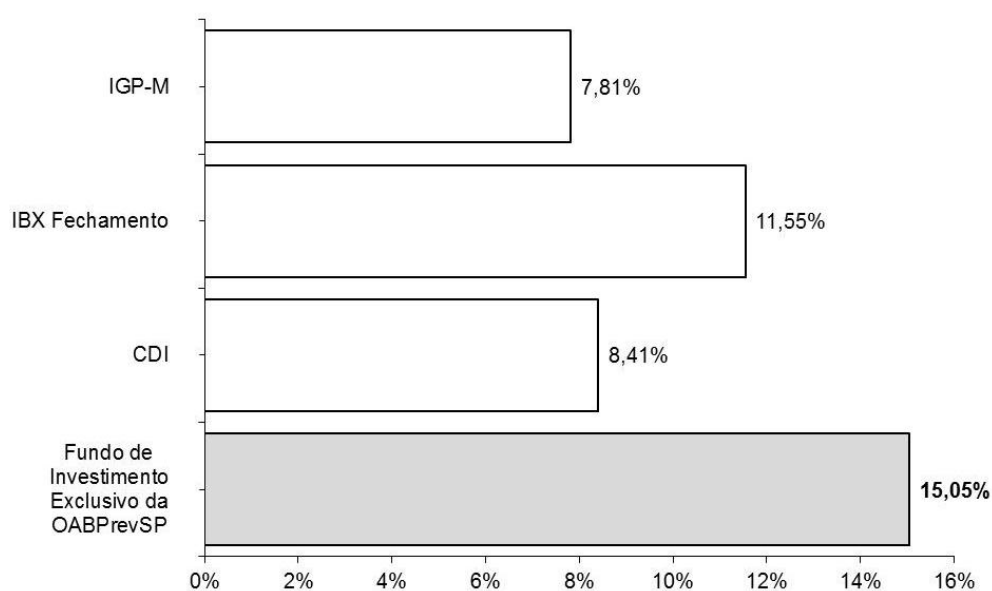
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do Plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do Plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do Plano em 31/12/2012 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

| ALOCAÇÃO       | 2012           |             | 2011           |             |
|----------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Renda variável | 34.573         | 15%         | 23.391         | 14%         |
| Renda fixa     | 193.179        | 85%         | 138.707        | 86%         |
| <b>Total</b>   | <b>227.752</b> | <b>100%</b> | <b>162.098</b> | <b>100%</b> |

### RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/12 A DEZ/12



Os recursos do Plano estão alocados no Icatu Vanguarda FIC OABPrev-SP. Conforme a Política de Investimento do Plano, este fundo busca uma alocação-alvo de 15% em renda variável (IBX) e 85% em renda fixa (CDI). Descontando-se as despesas do Plano, chegamos a uma rentabilidade líquida de 13,53% em 2012.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Diretores, Participantes e patrocinadoras do**

**Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos advogados de São Paulo  
– OABPREV-SP**

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses seus controles internos da Entidade. Uma auditoria incluiu, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC

## OUTROS ASSUNTOS

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado 19 de março de 2012, sem ressalvas.

*São Paulo, 26 de Março de 2013.*

*PricewaterhouseCoopers - Auditores Independes*

*CRC 2SP 000160/O-5*

*Edison Arisa Pereira*

*Contador CRC 1SP 127241/O-o*

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA SECCIONAL DE SÃO PAULO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E DA CAASP – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – OABPREV-SP EXERCÍCIO 2012**

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 42, inciso II, do Estatuto, em reunião ordinária realizada em 26 de março de 2013, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e constatou que foram praticados de acordo com os princípios e as regras de governança, adequados aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, e se refletem adequadamente nos seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, elaboradas em consonância com as práticas contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal concluiu que refletem a situação patrimonial e financeira da Entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2012, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de acordo com o art.32, inciso XIII, do Estatuto.

*São Paulo, 26 de março de 2013.*

***Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini***  
*Presidente do Conselho Fiscal*

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA SECCIONAL DE SÃO PAULO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E DA CAASP – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – OABPREV-SP EXERCÍCIO 2012**

Feita a apresentação do material encaminhado pela DataA Consultoria S/S Ltda., como o Demonstrativo Atuarial, o Relatório de Avaliação Atuarial, as Demonstrações Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal recomendando a aprovação e o Parecer dos Auditores Independentes, atestando os números apresentados, o Colegiado aprovou pela unanimidade dos presentes as Demonstrações Contábeis e o Balanço de 2012 relativo ao Plano de Benefícios administrado pela OABPrev-SP, com o que se determinou o encaminhamento à PREVIC, em atenção às normas legais aplicáveis.

Tal como deliberado no item acima, foi distribuído para conhecimento dos Srs. Conselheiros além do Parecer Atuarial emitido pela DataA Consultoria S/S Ltda., responsável pela determinação do exigível atuarial, o parecer do Conselho Fiscal atestando que as demonstrações estão de acordo com os princípios e regras de governança, adequados aos preceitos de legislação e ao Estatuto da Entidade, e se refletem adequadamente nos seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, elaboradas em consonância com as práticas contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil. Foram prestados os esclarecimentos necessários pelo Sr. Armando Sápiras, Gerente Executivo da Entidade, sendo a matéria devidamente aprovada por unanimidade.

*São Paulo, 26 de março de 2013.*

*Rogério Aguirre Neto*

*Roberto Eiras Messina*

*Vinicius Maia Lima*

*Edilson Rinaldo Merli*

*Luis Fernando Feola Lencioni*

*Adriana de Carvalho Viera*

*Marcelo Sampaio Soares*

*Marcos Aurélio Pinto*

*Conselho Deliberativo*

## GLOSSÁRIO

**Balanço Patrimonial:** o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

**Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS):** a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

**Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL):** a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

**Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL):** a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

**Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

**Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP):** a DOAP   o demonstrativo contábil que evidencia a composi o do patrimônio de cobertura do plano de benefícios e apresenta, de forma an tica, as altera es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico.

**Demonstrativo de Investimentos:** o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

**Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis:** as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

**Política de Investimentos:** a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

**Parecer do Auditor Independente:** o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Parecer Atuarial:** o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

**Parecer do Conselho Fiscal:** o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

**Manifestação do Conselho Deliberativo:** a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

# **ANEXO**

# **PARECER ATUARIAL**





Central de Relacionamento



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

[www.oabprev-sp.org.br](http://www.oabprev-sp.org.br)

Rua Quinze de Novembro, 62 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01013-000